



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

ANÁLISE DA TRILHA INTERPRETATIVA DO RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA EM JARDIM/MS: POSSIBILIDADES PARA A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo as trilhas interpretativas do atrativo turístico Recanto Ecológico Rio da Prata, localizado em Jardim, no Mato Grosso do Sul. Os objetivos da pesquisa compreenderam o mapeamento da referida trilha, bem como a análise das placas existentes na mesma, tanto indicativas, como informativas. A metodologia foi subdividida em três partes, sendo: 1ª) pesquisa e seleção dos referenciais teóricos e materiais institucionais a serem utilizados; 2ª) visita técnica e mapeamento da trilha do atrativo ocorrida em outubro de 2018; 3ª) análise das placas sinalizadoras já existentes no atrativo, o que culminou com a elaboração do projeto de placas interpretativas, segundo os critérios da interpretação patrimonial. Os referenciais teóricos trabalhados nesse artigo foram utilizados, sobretudo, para discutir-se temas relacionados à interpretação do patrimônio, Ecoturismo e trilhas interpretativas. Dessa forma, essa pesquisa desenvolveu como implicação prática dos dados, uma proposta para a elaboração de placas interpretativas na trilha do passeio, em pontos estratégicos que possam permitir uma melhor utilização, bem como uma interpretação vinculada ao atendimento dos visitantes. Dessa forma, algumas conclusões são percebidas no sentido de perceber a importância de estudos voltados para a área da interpretação patrimonial, da experiência do turista em atrativos ecoturísticos, bem como a preservação e a valorização do patrimônio, em âmbito natural e cultural. Nesse sentido, entende-se que o processo de valorizar a experiência turística na trilha interpretativa do Recanto Ecológico Rio da Prata está relacionada à apreciação ambiental e o entretenimento dos turistas e, de forma mais geral, ao desenvolvimento turístico na região.

Palavras-chave: Interpretação patrimonial; Trilhas interpretativas; Ecoturismo; Jardim/MS.

INTRODUÇÃO

O município de Jardim fica no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul com uma população estimada de 24.346 habitantes (IBGE, 2016). Está localizado a 239 km da Capital Campo Grande e possui uma área total de 2.201,515 km². Jardim é um dos municípios que compõem o Parque Nacional da Serra da Bodoquena¹. Além disso, fica a 70km do município de Bonito, destino conhecido internacionalmente pela prática do Ecoturismo, sendo que a atividade turística na região vem se especializando e se profissionalizando ao longo dos anos. No entanto, ainda na década de 1980, quando a atividade turística não era

¹ Criado em setembro de 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi a primeira Unidade de Conservação de proteção integral federal implantada no estado de Mato Grosso do Sul. A criação do Parque visou a proteger a maior área contínua de "Mata Atlântica" no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende a objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação. Fonte: <http://www.portalbonito.com.br/a-cidade/serra-bodoquena/o-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em: 22/04/2019.

desenvolvida profissionalmente na região, a região do Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi apontada como uma das mais promissoras na área econômica do estado, com a exploração mineral de mármore e calcário (FERREIRA, 2004).

É importante destacar que o Ecoturismo na região se desenvolveu como uma alternativa a outras atividades que vinham despontando economicamente, porém com a alta degradação ambiental pela exploração de minerais encontrados na localidade. As ações de explorações ameaçavam o patrimônio ambiental e histórico, os quais fazem parte os rios, grutas e cavernas da região.

Desse modo, no ano de 1995, foi realizada uma ação de capacitação para o Ecoturismo no entorno de Bonito, sendo que uma das atividades foram as Oficinas de Capacitação em Ecoturismo. Essas práticas foram fundamentais para o desenvolvimento do Ecoturismo na região, pois faziam parte de uma metodologia de planejamento estratégico voltada para o segmento. Alguns empreendedores acabaram utilizando essa metodologia na implementação dos atrativos turísticos, como por exemplo, o Recanto Ecológico Rio da Prata situado em Jardim e a Estância Mimosa situada em Bonito, ambos os atrativos são sítios ecoturísticos, ofertados e vendidos nas agências de turismo de Jardim e Bonito (FERREIRA, 2004).

A região de Bonito e Jardim conta hoje com cerca de 4.500 leitos em hotéis e pousadas de pequeno a grande porte, 33 agências de turismo, aproximadamente 60 guias de turismo especializados em atrativos naturais e credenciados pelo Ministério do Turismo, 30 atrativos naturais, vários serviços de transporte e locação de automóveis, vans, motos e bicicletas, e ampla rede de bares, restaurantes e lanchonetes. Além disso, Bonito conta com um moderno centro de convenções e um aeroporto para voos comerciais e charters (RIO DA PRATA RECANTO ECOLÓGICO, 2017, p. 48).

O atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata, objeto de estudo dessa pesquisa, é uma empresa familiar que teve como objetivo inicial criar um modelo de ecoturismo organizado, com foco em qualidade e segurança, viável economicamente e que conciliasse desenvolvimento regional com conservação ambiental (RIO DA PRATA, 2019). A empresa também apoia o desenvolvimento de estágios de futuros profissionais, dentre eles turismólogos(as) e, dessa forma,

foi possível conhecer o local, além de ter o primeiro contato com as atividades no atrativo², como por exemplo, as trilhas interpretativas, que se tornaram recorte principal dessa pesquisa.

Nesse contexto, essa pesquisa buscou desenvolver uma ação de interpretação patrimonial utilizando-se as placas sinalizadoras da trilha do passeio de flutuação do Recanto Ecológico Rio da Prata, analisando questões relativas às técnicas de comunicação pertencentes aos princípios da interpretação patrimonial. Essa técnica permite compreender melhor a mensagem transmitida pelos guias de turismo locais, e tem como principal função disseminar a importância do contexto histórico, cultural e ambiental do local, através da linguagem verbal e não verbal, as quais são utilizadas na realização do passeio. Para melhor compreender o que vem ser essa técnica de comunicação verbal, comumente utilizada pelos guias, monitores ou responsáveis pela transmissão da informação do patrimônio natural ou cultural, Murta (2009) afirma que a interpretação do patrimônio” é um exercício de comunicação que requer habilidades específicas e o conhecimento do público a que ela se destina” (MURTA, 2009, p. 138).

No entanto, é preciso entender que para a utilização eficiente da interpretação patrimonial em trilhas interpretativas, os guias precisam dominar o conhecimento relativo ao assunto/local onde executam a sua atividade, a fim de motivar o interesse dos turistas envolvendo-os na participação e reflexão sobre o que está sendo repassado, além de serem sensíveis ao ambientes e as necessidades dos turistas. Além disso, as placas interpretativas devem estar de acordo com alguns procedimentos estéticos e sobretudo informativos, a fim de que a interpretação possa ser realizada de forma adequada. Dessa forma:

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística (MURTA; GOODEY, 2002 p. 13).

² Além das trilhas e da flutuação, são atividades turísticas do atrativo: mergulho com cilindro, passeio a cavalo, observação de aves (RIO DA PRATA, 2019).



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Na intenção de organizar metodologicamente essa pesquisa, optou-se por subdividir os procedimentos em três fases: 1ª) pesquisa e seleção dos referenciais teóricos e materiais institucionais a serem utilizados; 2ª) Visita técnica e mapeamento da trilha do atrativo ocorrida em outubro de 2018; 3ª) análise das placas sinalizadoras já existentes no atrativo que culminou com a elaboração do projeto de placas interpretativas, segundo os critérios da interpretação patrimonial.

Os referenciais teóricos apontados nesse artigo foram utilizados, sobretudo, para discutir-se temas relacionados à interpretação do patrimônio, Ecoturismo e trilhas interpretativas. Dessa forma, essa pesquisa desenvolveu na análise discussão dos resultados, além da análise das placas sinalizadoras já existentes no atrativo, uma proposta para a confecção de placas interpretativas na trilha do passeio, em pontos estratégicos que possam permitir uma melhor utilização, bem como uma interpretação vinculada ao atendimento dos visitantes. Essa ação pode ser compreendida como uma implicação prática dos resultados da pesquisa, visto que pode alterar a qualidade da experiência dos turistas e visitantes, bem como melhor qualificar o atendimento dos guias no atrativo.

Dessa forma, considera-se relevante utilizar as técnicas de interpretação patrimonial no atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata em Jardim/MS no sentido de impactar positivamente a experiência turística, além de contribuir indiretamente para o desenvolvimento turístico regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interpretação do patrimônio através das trilhas interpretativas

É importante entender que a origem do conceito de interpretação patrimonial está ligada diretamente com as questões ambientais. A preocupação com a finitude dos recursos naturais instiga a necessidade de se repensar o desenvolvimento ambiental no mundo. Nesse sentido, pesquisas voltadas à sustentabilidade dos destinos e técnicas apoiadas no desenvolvimento sustentável de recursos naturais e culturais foram desenvolvidas, com o intuito de



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

obterem-se procedimentos formais de interação entre a natureza e o homem (PIRES; FERREIRA, 2007).

Para melhor compreender o contexto filosófico da interpretação do patrimônio, precisamos conhecer a pioneira contribuição de Freeman Tilden, que publicou *Interpreting our Heritage* (1957), um marco para os estudos da temática. Nessa obra, o autor aponta os principais temas relacionados a interpretação patrimonial, bem como seus princípios básicos, baseando-se em suas próprias experiências no serviço de Parque Nacionais nos Estados Unidos da América (PIRES; FERREIRA, 2007). Inicialmente a perspectiva estava voltada para o âmbito do patrimônio ambiental, porém aos poucos, o conceito de interpretação patrimonial passou a ser um termo mais abrangente, não envolvendo apenas a abordagem ambiental, mas sim um contexto global voltado também para os elementos culturais (PIRES; FERREIRA, 2007).

Nesse contexto, a primeira definição acadêmica de interpretação aponta que:

A interpretação é uma atividade educativa que pretende revelar significados e inter-relações através dos usos de objetos originais, por um contato direto com o recurso ou por meios ilustrativos, não se limitando a dar mera informação dos fatos (TILDEN³ *apud* PIRES; FERREIRA, 2007, p.7).

Porém, de acordo com Costa (2009), outros autores podem ser apontados como contribuintes para a discussão dos temas relacionados à interpretação patrimonial. Inclusive, os princípios da filosofia interpretativa de Tilden “eram bastante similares a muitas ideias abordadas por Mills – quase quarenta anos antes – e foram utilizados para fundamentar o trabalho de Beck e Cable – quase quarenta anos depois” (COSTA, 2009, p. 115). Para a autora,

[...] é possível traçar uma linha evolutiva para a filosofia interpretativa, que se inicia com Mills, solidificando-se com os princípios de Tilden e atualiza-se com a recente proposta de Beck e Cable para o século XXI, com a apresentação de nove princípios complementares. É interessante destacar que as ideias que basearam a adoção destes

³ Citado no *Boletín de Interpretación* (1999, p. 12) conforme Pires; Ferreira (2007, p. 7).

Ao longo dos anos foram surgindo outras definições para o conceito de interpretação como, por exemplo, com a contribuição de Murta; Goodey (2002) quando nos revelam que “interpretar é um ato de comunicação. Pode-se dizer que interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 13). Os mesmos autores trazem para a discussão a questão específica da interpretação do patrimônio apontando a relação do mesmo com a experiência do visitante nos atrativos naturais e culturais. Para os autores, interpretar o patrimônio pode ser entendido como

[...] o processo de acrescentar valor a experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar [...] interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade (MURTA; GOODEY, 2002, pp. 13-14).

A relação entre a interpretação e o patrimônio ainda é um grande desafio para o turismo cultural, principalmente se a interpretação for insuficiente e/ou ineficaz em diversas perspectivas. É importante saber diferenciar as artes da comunicação humana (teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura e arquitetura) com os meios de comunicações ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens (placas, painéis, folders, mapas, guias, museus, etc.) (MURTA; GOODEY, 2002). Saber diferenciar esses elementos entre as artes da comunicação humana com os meios de comunicação ou equipamentos é fundamental para entender o processo de técnica trabalhada pelo atrativo a fim de promover um passeio de qualidade, com o intuito que o turista volte novamente e obtenha uma experiência turística interessante do ponto de vista da interpretação patrimonial.

Murta; Goodey (2002), também apontam a importância de se restaurar o patrimônio e buscar novos usos para manter a conservação, levando turistas e visitantes a compreenderem e apreciarem o que veem, o que consomem, afim



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

de agregar valor cultural a sua experiência, bem como valor econômico ao próprio patrimônio, seja ele natural ou cultural. Nesse sentido, as trilhas podem ser viabilizadas como recursos interessantes para a apresentação e a interpretação de recursos naturais em destinos turísticos.

Uma trilha é uma rota, já existente ou planejada, que liga pontos de interesse em ambientes urbanos ou naturais. Por ser geralmente autoguiada, uma trilha deve ter algum tipo de sinalização ou interpretação ambiental para orientar o visitante e ajudá-lo a entender o que vê no caminho (MURTA; GOODEY, 2002, p. 36).

Para alguns estudiosos, as trilhas interpretativas surgiram a partir da necessidade de interação entre o homem e na natureza nas áreas ambientais. Siqueira (2004), trata sobre a ligação do contato direto com as áreas verdes e a atual preocupação com o meio ambiente no mundo, cenário este onde crescem expectativas relacionadas ao turismo, sobretudo ao segmento turismo de natureza. Com esse crescimento também surgem as pesquisas relacionadas os planejamentos e métodos utilizados para objetivar a educação ambiental nessas áreas, ou seja, iniciam a busca pelas técnicas interpretativas afim de promover uma conciliação entre o patrimônio, o turismo e a sustentabilidade.

Com a crescente demanda para a visitação de áreas naturais, começam a surgir produtos que propiciam a interação do ser humano com a natureza, como por exemplo, a utilização de trilhas interpretativas. As trilhas interpretativas têm papel importante para conscientização ambiental, como também auxiliam de forma positiva na conservação das áreas naturais (SIQUEIRA, 2004). Além disso, “como se prestam a caminhadas, as trilhas sinalizadas orientam e revelam ao visitante os principais marcos ambientais e culturais das localidades” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 37). Os autores ainda classificam as trilhas como:

- Temáticas: baseadas em tópicos específicos, como arte, arquitetura, música, literatura, geologia, ou eventos históricos;
- Espaciais: relacionadas a determinadas áreas residenciais e comerciais, a parques urbanos e naturais;
- Gerais: desenhados para apresentar áreas inteiras, como uma cidade, um parque, uma região com sítios e vilarejos ligados por um tema comum (MURTA; GOODEY, 2002, p. 37).

Quando se trata do sistema de técnicas interpretativas, sobretudo em trilhas interpretativas, deve-se entender os seus objetivos, que estão inseridos desde a interpretação da natureza como ferramenta indispensável para o seu manejo de unidades de conservação, como no sentido de atribuir a importância da área silvestre (SIQUEIRA, 2004).

[...] As trilhas interpretativas proporcionam a maior interação do homem com o meio ambiente instruindo – o sobre a manutenção deste. Tais trilhas cumprem o papel de auxiliarem a compreensão, por exemplo dos habitats naturais da área visitada. A importância de se estabelecer informações e estimular a interpretação, nestas visitas, se faz necessária visto que favorece maior entendimento e responsabilidade do visitante em relação ao meio (SIQUEIRA, 2004, p. 81).

Numa outra perspectiva, Beni (2001) aponta que as trilhas interpretativas voltadas a educação ambiental são fundamentais para a conservação das áreas receptoras do turismo ecológico, devendo impactar positivamente moradores locais e turistas. Nesse sentido, as trilhas interpretativas podem ser utilizadas tanto enquanto instrumentos de interpretação patrimonial, como recursos para a educação ambiental.

As trilhas, como meio de interpretação ambiental, visam não somente a transmissão de conhecimento, mas também propiciar atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio de usos dos elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, sendo assim, encaixa-se como um instrumento básico de educação ambiental (SANTOS; FLORES; ZANIN, 2011, p. 191).

A trilha do Recanto Ecológico Rio da Prata: um recurso do Ecoturismo praticado em uma RPPN

Os passeios do atrativo turístico Recanto Ecológico Rio da Prata são realizados dentro de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma área privada e protegida por lei federal, sendo o Ecoturismo o segmento turístico mais explorado na região. Em todo território brasileiro, o Ecoturismo é conceituado como sendo um



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

[...] segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca sua formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (FERREIRA, 2004, p. 76).

Essa atividade pode ser viabilizada tanto em áreas públicas, como privadas. Sua principal característica é a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, além de promover a vivência e a experiência do visitante por meio da natureza, conservando o local e educando moradores e turistas para a sua importância, valorização e preservação.

O ecoturismo pode também ser praticado em áreas particulares. Ainda dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existe uma categoria de Unidade de Conservação que prevê a posse privada, e a prática turística é autorizada: é a categoria denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural (COSTA, 2002, p. 64).

É importante entender que uma RPPN é uma área particular, gravada com perpetuidade – ou seja, o dono não pode vendê-la, ficando como herança de pai para filho - com o objetivo de conservar a diversidade biológica (COSTA, 2002).

A RPPN Fazenda Cabeceira do Prata onde encontra-se o atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata, está inserida no Corredor de Biodiversidade Miranda/Serra da Bodoquena, região que faz parte da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, ou seja, são áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade nos biomas do Cerrado e Pantanal (RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA, 2017, p. 51).

No Brasil, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Lei Federal 9985/2000⁴ traz clara redação no sentido de determinar que devem ser elaborados planos de manejo para nortear a gestão das RPPN's. Nesse contexto, o Plano de Manejo é elaborado após um detalhado levantamento de informações geológicas, históricas e socioeconômicas, gerando um

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 24/04/2019.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (LEI Nº 9.985, DE 18 de JULHO DE 2000).

Em relação as especificidades da RPPN Cabeceira do Prata, Coelho; Urt; Duleba & Lemos (2011), discorrem sobre seu processo histórico de instalação, bem como da elaboração do Plano de Manejo no local:

Em 2005, o Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, lançado pela parceria entre a Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil) e a Associação das RPPNs de Mato Grosso do Sul (REPAMS) viabilizou a captação de recursos para a elaboração do Plano de Manejo da Fazenda RPPN Cabeceira do Prata. Além desta parceria inicial, os pesquisadores tiveram apoio em seu trabalho do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB), Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR) e Fundação Manoel de Barros, parcerias fundamentais na viabilização do documento. O Diagnóstico e Plano de Manejo da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata foi finalizado em 2006 e submetido para aprovação na Gerência de Unidades de Conservação do IMASUL/SEMACE/MS. A aprovação foi concedida em 05 de Junho de 2009 pela Portaria do IMASUL nº 104/2009 (COELHO, URT; DULEBA & LEMOS, 2011, p. 108).

No site do atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata também são apontados outros aspectos decorrentes desse processo histórico que assegurou certificações relacionadas aos quesitos ambientais. De acordo com as informações do site:

[...] em 2008, fomos convidados para participar do Programa Aventura Segura da ABETA (Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura), já tínhamos muitas das ações propostas implantadas, contudo, ainda não estavam formalizadas na forma de um SGS – Sistema de Gestão de Segurança. A partir de 2008 o Rio da Prata formalizou a implantação do seu Sistema de Gestão de Segurança - SGS, o qual encontra-se certificado desde 2010 (RIO DA PRATA, 2019).

Dentro do atrativo turístico são realizadas as seguintes atividades/passeios: trilha e flutuação, mergulho com cilindro, cavalgada, observação de pássaros, além das atividades pedagógicas com grupos



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

escolares e as visitas técnicas. A preocupação com a segurança do visitante também é apontada, fator que, segundo os administradores do atrativo, foi pioneiro no início da operacionalização da atividade turística na região.

Também houve a preocupação com a segurança do visitante, o que ainda não existia nos atrativos de Bonito e região na época. Criamos procedimentos e regras bem definidos, trabalhamos com seguro de acidentes para os visitantes, sistema de rádio-comunicação, materiais de primeiros socorros e uso de equipamentos durante o passeio (máscara e *snorkel*, colete salva-vidas, roupa e bota de neoprene) (RIO DA PRATA, 2019).

A caminhada é feita pela trilha interpretativa da RPPN, cujo percurso de 2207 metros é percorrido em aproximadamente 50 minutos. Após a caminhada, o turista pode optar pela atividade de flutuação que percorrerá dois rios: Rio Olho D'água e Rio da Prata, com percursos de 1650 e 600 metros respectivamente. Esse trajeto dura aproximadamente 2 horas e os grupos podem ser formados por até 9 pessoas, acompanhados por guias credenciados. Caso seja de interesse do turista, há ainda a opção de se percorrer os últimos 600 metros, que corresponde ao trecho do Rio da Prata em barco movido com motor elétrico ou ainda continuar flutuando acompanhado pelo guia (RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA, 2017).

Nesse sentido, nota-se a relevância da atividade caminhada dentro de um determinado percurso, que deve estar adequadamente interpretado para que a experiência do turista seja provocada.

Caminhar é uma atividade cada vez mais popular, seja por razões de saúde e bem-estar, seja enquanto parte da experiência de lazer das pessoas. Neste caso, a qualidade do percurso, da sinalização, do folder e da eficácia do guia influirão na experiência do usuário e serão responsáveis por aguçar a curiosidade do visitante para descobrir outros lugares a partir da trilha (MURTA; GOODEY, 2002, p. 39).

Mesmo sem denominar como técnicas de interpretação patrimonial, o atrativo utiliza o guiamento, além de algumas placas sinalizadoras e painéis explicativos, sendo os mesmos, encontrados durante o percurso da trilha. Em relação ao guiamento, podemos entendê-lo como uma interpretação do



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

patrimônio ao vivo, pois “os visitantes são conduzidos por um guia que os acompanha pessoalmente, e fornece explicações no local. Tal interpretação ao vivo requer, [...] habilidades especiais e treinamento profissional do intérprete” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 39). Além disso, nota-se que “a importância de se estabelecer informações e estimular a interpretação, nestas visitas, se faz necessária visto que favorece maior entendimento e responsabilidade do visitante em relação ao meio” (SIQUEIRA, 2004, p. 81).

Vale salientar que, no caso da atividade de flutuação no atrativo pesquisado, caso o turista não se adapte com os equipamentos ou tenha restrições médicas, o atrativo dispõe de uma atividade diferenciada, onde o turista flutua na nascente com o auxílio do monitor e depois faz um passeio por trilhas. Ou seja, esse turista fará um percurso através de uma trilha não ofertada no passeio tradicional, sendo que esta outra trilha se torna exclusiva para os passeios diferenciais e atendimento aos turistas que possuem alguma necessidade especial, mobilidade diferenciada, algum tipo de restrição, ou mesmo por opção pessoal. A duração total do passeio trilha com flutuação é de aproximadamente 4 horas e inclui desde o equipamento, transporte até RPPN, trilha, flutuação, troca de roupas e transporte até o receptivo (RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA, 2017, p. 53).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi definida e posteriormente subdividida em três etapas, sendo as mesmas compreendidas em: levantamento de referências bibliográficas, visita técnica e mapeamento da trilha do Recanto Ecológico Rio da Prata, e posteriormente, análise e elaboração das placas interpretativas para o atrativo. Dessa forma, as etapas foram elencadas:

1ª Etapa: Referências Bibliográficas: levantamento teórico e descritivo. Nessa etapa foram realizados estudos bibliográficos sobre assuntos referentes à pesquisa com os seguintes temas: Interpretação do Patrimonial Cultural, trilhas interpretativas, além de materiais institucionais e acadêmicos mais propriamente relacionados ao objeto de pesquisa.

2ª Etapa: Visita técnica e Mapeamento da Trilha do Recanto Ecológico Rio da Prata: Nesta etapa foi realizada uma visita técnica com o objetivo de mapear toda a trilha buscando registrar pontos específicos para a implementação das placas interpretativas, como também foi feito um levantamento dos equipamentos já existentes que possuem direcionamento para a interpretação patrimonial como, por exemplo, placas já instaladas durante o percurso da trilha, verificação de placas sinalizadoras e/ou interpretativas, além dos procedimentos de sistemas de segurança dentro da trilha. Os registros foram feitos através de fotos e vídeos, que se tornaram importantes recursos para a análise e discussão dos resultados da pesquisa. A trilha foi mapeada através de um aplicativo de Sistema de Posicionamento Global - GPS que pode ser instalado em aparelhos eletrônicos, denominado Wikiloc⁵. A visita técnica e o mapeamento da trilha no Recanto Ecológico Rio da Prata em Jardim/MS ocorreram entre os dias 12 e 13 de outubro de 2018.

3ª Etapa: Análise das placas sinalizadoras existentes na trilha e elaboração da proposta para placas interpretativas: Primeiramente foi analisado o percurso total da trilha, junto aos pontos sinalizados pelo GPS, e posteriormente determinou-se alguns pontos estratégicos para a indicação das placas interpretativas. A análise foi feita através do próprio aplicativo Wikiloc, como também de programas voltados a localizações de GPS, bem como programas que facilitassem o congelamento do percurso da trilha. Além do Wikiloc, foram utilizados o software GPS TrackMaker⁶ e o Photoshop⁷, sendo os mesmos importantes ferramentas na área de mapeamento de trilhas.

Os dados obtidos através das etapas metodológicas, proporcionaram uma análise e discussão que favoreceram a verificação da aplicabilidade prática dos instrumentos e procedimentos de pesquisa para o atrativo em questão. Dessa forma, nota-se a possibilidade real da aplicação da metodologia aplicada em outros atrativos que possuem trilhas e que desejam proporcionar aos turistas uma experiência marcante através da interpretação patrimonial.

⁵ Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/>. Acesso em: 24/04/2019.

⁶ Disponível em: <https://www.trackmaker.com/main/en/>. Acesso em: 24/04/2019.

⁷ Disponível em: <https://www.photoshop.com/>. Acesso em: 24/04/2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme já mencionado na metodologia, o levantamento dos dados da trilha e o seu mapeamento foi realizado através do aplicativo Wikiloc, auxiliado por um GPS. Dessa forma, a área mapeada representa o percurso da trilha realizada no atrativo turístico, sendo que a mesma faz parte do passeio que tem maior lucratividade no atrativo⁸. É importante ressaltar que esses dados obtidos pelo aplicativo Wikiloc não asseguram 100% de precisão nas informações, assim como qualquer outro aplicativo ou programa de geoprocessamento de dados emitos via satélite, sendo que os mesmos possuem uma pequena margem de erro de para mais ou menos, o que não inviabiliza a análise dos resultados, nem a credibilidade dos mesmos.

A trilha foi mapeada em duas versões. A primeira versão apresenta o percurso com os pontos registrados no aplicativo de GPS, sendo que cada ponto registrado representa uma placa sinalizadora informativa. Essas placas estão distribuídas por toda a trilha do Recanto Ecológico Rio da Prata, tendo como objetivo indicar espécies da fauna e da flora que podem ser visualizados durante o percurso. Há de se salientar que algumas placas apresentam o nome científico e o nome comum das espécies as quais estão indicando. Esse primeiro mapeamento apresentou 49 pontos de placas de sinalização.

O trajeto do mapeamento da primeira versão da trilha do atrativo teve uma duração de 1 hora e 52 minutos, com uma extensão de 4,80 km, em uma velocidade 4,6 km/h com um ganho de elevação de 21 metros e de 49 metros de perda de elevação, com sentido de mão única, sendo 49 pontos registrados. Todas essas informações foram obtidas pelo aplicativo Wikiloc.

Figura 1 – Primeira versão do mapeamento da trilha

⁸ Esse passeio custava individualmente em 2018, R\$ 240,00 na baixa temporada (fevereiro, maio, junho, agosto, setembro) e R\$ 280,00 na alta temporada (janeiro, março, abril, julho, outubro, novembro e dezembro), incluindo o almoço. Atualmente, os valores são R\$ 256,00 para baixa temporada e R\$ 298,00 para alta temporada.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu



Fonte: Sousa (2018)

Salienta-se que, na primeira versão do mapeamento da trilha (figura 1), o trajeto mapeado é composto pela trilhas interpretativas do Recanto Ecológico Rio da Prata, a qual faz parte a atividade que é ofertada e realizada pela maioria dos turistas, e também pelos que optam em realizar o percurso mais curto, sendo as trilhas totalmente sinalizadas. Nesse caso, não remete-se ao passeio trilha com flutuação, onde o turista percorre uma parte da trilha, porém outra parte do percurso é realizado através da flutuação. Salienta-se, também que, os turistas que desejam realizar um percurso diferenciado e optam por não realizarem a flutuação, também fazem um outro tipo de percurso. Ou seja, para cada situação específica ou necessidade especial, existe uma finalidade, com objetivo para atender as expectativas dos turistas.

Já no segundo mapeamento foi desenvolvido com apenas dois pontos, sendo o ponto A representando o início da trilha e o ponto B que representa o ponto final da trilha. Na segunda versão (figura 2) foi mapeado apenas o trajeto principal, o qual faz parte do passeio do turista, o que é comumente realizado no atrativo. Ou seja, a caminhada pela trilha saindo do receptivo (ponto A) até chegar ao ponto de flutuação (ponto B), sendo que durante a caminhada são

utilizadas as técnicas de interpretação ao vivo através do guiamento, além das técnicas interpretativas de placas e painéis sinalizadores. Este percurso foi realizado tendo uma extensão de 1.85 km, com uma velocidade de 4,3 km/h, com dois pontos registrados: A e B, em tempo total de 46 minutos, sem elevação e com 22 metros de perda de elevação, com um sentido de mão única.

Figura 2 – Segunda versão mapeamento da trilha



Fonte: Sousa (2018).

Como podemos perceber, ambas as versões tem percursos diferenciados, bem como especificidades próprias de observação e experiência turística. Diante disso, o mapeamento dos pontos da trilha interpretativa do Recanto do Rio da Prata foi importante na medida em que identifica os locais estratégicos para a inserção e/ou adequação das placas ou outros recursos interpretativos que irão proporcionar uma relação mais intensa e uma vivência memorável diante da prática ecoturística. Nesse sentido, Khaled; Cintra; Meireles (2017) nos mostram a importância das trilhas interpretativas como sendo atividades que proporcionam o

[...] o contato direto entre os indivíduos e o ambiente natural, através da construção de conhecimentos, da sensibilização, da reflexão crítica e da noção de pertencimento. Para isso, podem abordar um tema central e utilizar de pontos interpretativos para proporcionar aos visitantes uma vivência única [...] (KHALED; CINTRA; MEIRELES, 2017, p. 142).

Durante o mapeamento da trilha, também foi possível identificar e fotografar a sinalização interpretativa da mesma, onde foram encontradas tanto placas informativas, como também placas indicativas. “Muitas trilhas naturais e roteiros urbanos utilizam placas e painéis interpretativos, de acordo com o tema, área ou o sítio que pretendem revelar” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 27). No atrativo pesquisado, as placas interpretativas inseridas na trilha⁹ aderem a essa proposta, conforme veremos nas figuras abaixo:

Figuras 3 e 4 – Placas interpretativas da trilha



Fonte: Sousa (2018).

Nota-se que as placas interpretativas identificadas na trilha pesquisada, trazem informações sobre espécies da fauna e a flora do Cerrado, conforme observamos acima (figuras 3 e 4) com as placas “Jaó” e “Bacuri”, espécies de pássaro e árvore, respectivamente. Foram também identificadas algumas placas indicativas, a exemplo das figuras 5 e 6: de entrada, saída, direcionamento para o deque de flutuação, posição de nascentes, dentre outros pontos considerados importantes para o atrativo.

Figuras 5 e 6 – placas indicativas da trilha

⁹ Várias placas foram fotografadas para essa pesquisa, porém somente algumas delas foram selecionadas para compor o texto. Para ver o registro fotográfico completo, acesse: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/trilha-rio-da-prata-34636946#wp-34636948>. Acesso em: 25/04/2019.



Fonte: Sousa (2018).

No entanto, alguns procedimentos devem ser pensados ao se planejar placas interpretativas. Murta; Goodey (2002) nos alertam para essa questão:

Existem alguns princípios estabelecidos que orientam a qualidade e o conteúdo das placas e painéis. O texto deve ser curto. Simples e equilibrado com mapas e ilustrações para facilitar a compreensão do visitante. A estrutura e os materiais devem ser de boa qualidade, como também resistentes ao clima e ao vandalismo. Atenção especial deve ser dada a altura da montagem, para facilitar o acesso às crianças e aos deficientes físicos. Também a localização e o grau de intromissão e poluição visual são questões importantes para se chegar a uma interpretação de qualidade (MURTA; GOODEY, 2002, p. 27).

Diante da observação *in loco* e da análise dos dados obtidos, juntamente com a teoria estudada, foi possível identificar alguns pontos negativos que contribuem desfavoravelmente para a experiência do turista na trilha, como por exemplo: placas deterioradas, materiais desgastados, placas incobertas pela vegetação, dentre outros aspectos que impactam negativamente a experiência, bem como a imagem do atrativo. Podemos verificar esse cenário nas figuras 7 e 8, as quais apresentam placas cujo conteúdo praticamente não está acessível à leitura e identificação, comprometendo a interpretação por parte do turista.

Figuras 7 e 8 – Placas interpretativas da trilha



Fonte: Sousa (2018).

Nesse sentido, sabemos que é fundamental que o conteúdo apresentado por uma placa interpretativa deve ter grafia e estilo claro, que seja facilmente lido por todos os turistas. Além disso, o texto deve ser objetivo e estar bem equilibrado com ilustrações (MURTA; GOODEY, 2002, p. 28).

Diante desse contexto, foram indentificados alguns elementos que deveriam ser repensados em um próximo planejamento da interpretação patrimonial da trilha pesquisada. Esses elementos são relacionados ao aspecto físico das placas, ao conteúdo impresso nas mesmas e também à comunicação verbal, constituída pela explicação das informações e interação dos guias durante o passeio. Dessa forma, algumas propostas foram formuladas no sentido de auxiliar no processo interpretativo da trilha do Recanto Ecológico Rio da Prata. Inicialmente, é fundamental que seja feita uma revitalização nas placas já existentes na trilha em seu percurso total, bem como manutenção permanente das mesmas, afim de propocionar uma melhor leitura nas informações disponíveis. Além disso, algumas placas encontradas precisam ser trocadas pois se encontram em nível elevado de desgaste, comprometendo sua visualização. É importante compreender que as placas interpretativas utilizadas no atrativo devem estar sempre em boas condições de uso, desde os seus aspectos físicos até o conteúdo trasmitido aos turistas.

Quadro 1 – Propostas para as placas interpretativas da trilha

Aspecto Físico	<ul style="list-style-type: none"> • Trocar algumas placas informativas que são encontradas com elevado nível de desgaste.
----------------	---



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção das placas da trilha interpretativa, tanto as informativas, quanto as de sinalizações turísticas.• Implantar placas de interpretação patrimonial, com conteúdo que provoque a atenção dos turistas e visitantes.
Comunicação Verbal	<ul style="list-style-type: none">• Capacitar os guias de turismo para aumentar a credibilidade das informações repassadas aos turistas, atribuindo também os fatos ocorridos no início da operação do atrativo.• Inserir práticas de interpretação ao vivo, por meio de contação de casos, representação, atuação ou performance.
Material Impresso	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar material impresso, sobre as informações que serão repassadas na trilha nos idiomas português, inglês e espanhol.• Disponibilizar <i>folders</i> com assuntos relacionados às necessidades específicas dos visitantes.• Organizar os materiais informativos por categorias, de acordo com as necessidades dos usuários.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A implementação das sugestões propostas poderá contribuir para que as placas encontradas no atrativo (informativas, sinalizações) e a sugestão de interpretação patrimonial tenham impactos positivos, além de um olhar diferenciado na trilha do passeio por parte dos turistas, além de colaborar significativamente para a qualidade do produto turístico.

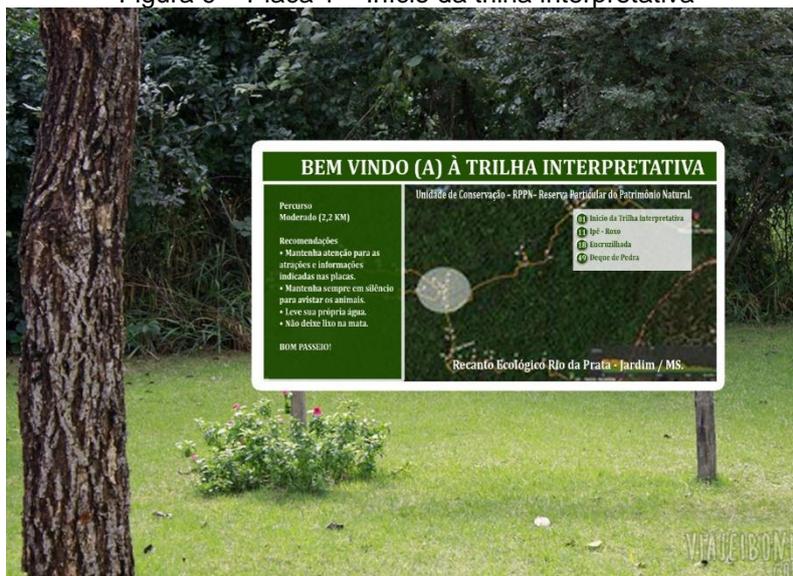
IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

Como contribuição prática da pesquisa, considerou-se a elaboração de algumas placas interpretativas, em pontos estratégicos da trilha, com o objetivo de popularizar o conhecimento sobre o atrativo, tanto em âmbito natural como cultural, e em consequência, provocar a consciência de preservação e valorização do patrimônio. Os pontos onde deverão estar localizadas as placas são justamente locais de paradas um pouco mais longas com os turistas, cuja explicação e interação com o grupo e com os guias de turismo ocorre de forma mais efetiva. São eles: ponto 1 – início da trilha interpretativa; ponto 2 – Ipê roxo; ponto 3 – Encruzilhada; e ponto 4 – final da trilha. É importante salientar que os materiais utilizados nas placas deverão ser de madeira, sobretudo as de reaproveitamento, bem como o layout gráfico foi pensado no sentido de chamar

a atenção do turista, enquanto o mesmo tem um momento lúdico e de contemplação. Dessa forma, teremos as seguintes proposições:

Placa 1 – Início da trilha interpretativa

Figura 9 – Placa 1 – Início da trilha interpretativa



Fonte: Sousa (2019).

A ideia para essa placa é justamente dar as boas vindas aos turistas que participarão do passeio, bem como informá-los acerca do percurso a ser realizado, os pontos de parada para interação, descanso e informações extra. Nesse momento, o guia também aproveita para falar um pouco sobre o que é uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, bem como inserir a história e características gerais do local e ainda, contar um pouco sobre o trajeto histórico do atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata. Nos pontos de paradas, identificados com os pontos 11 – Ipê Roxo; 18 – Encruzilhada; 49 – Deque de Pedra, os guias farão paradas mais longas e desenvolverão as técnicas de interpretação patrimonial. Lembramos que as demarcações/numerações dos pontos são as mesmas presentes na primeira versão do mapeamento da trilha, o que facilitou a verificação dos locais mais adequados para se fazerem as paradas com os turistas. Vale ainda ressaltar que, no início da trilha, os guias podem proporcionar a interação entre o grupo, ao passo que fazem as



recomendações necessárias para a segurança e a qualidade da experiência do turista.

Placa 2 – Ponto de parada: Ipê Roxo

Figura 10 – Placa 2 – Ipê Roxo



Fonte: Sousa (2019).

Esse ponto de parada é estratégico para uma ação de interpretação pois trata-se de uma parada para fotos e contemplação da paisagem, aspectos relevantes na prática do Ecoturismo. A espécie de Ipê Roxo é nativa da América do Sul, conhecida pela utilização medicinal de suas cascas. O Ipê Roxo florido anuncia o início da Primavera e suas flores decoram a trilha interpretativa durante essa estação. A espécie que se encontra na trilha interpretativa do Recanto Ecológico Rio da Prata tem mais de 200 anos. Todas essas informações serão fornecidas através da interpretação patrimonial na oportunidade que os turistas terão de fazer perguntas ao guia que estará conduzindo o grupo, uma vez que, de acordo com os elementos gráficos expostos na placa interpretativa, a curiosidade será despertada, além das características ambientais locais serem realçadas nesse momento.



Placa 3 – Encruzilhada

Figura 11 – Placa 3 – Encruzilhada



Fonte: Sousa (2019).

Entre a placa interpretativa Ipê Roxo e a Encruzilhada, os turistas já caminharam um trecho relevante. Nesse sentido, essa parada é estratégica, pois os participantes poderão vivenciar uma experiência que, para muitos é inédita: beber água potável direto de uma nascente. É um momento para fotos, descanso e trocas de informações e experiências. Esse local dá acesso a várias corredeiras e caminhos que levam a diferentes locais, como por exemplo, o início da trilha, nascentes que não estão inclusas no passeio, o deque de pedra ou a antiga trilha interpretativa (desativada atualmente). A encruzilhada liga toda a RPPN em diferentes trilhas. Durante o mapeamento da trilha, vários desses caminhos foram percorridos por cerca de uma hora, estando totalmente sinalizado. Nesse sentido, a ideia do conteúdo da placa interpretativa proposta nesse trabalho é justamente levar os turistas à reflexão sobre os caminhos que devem seguir, realizando dessa forma, a interpretação patrimonial tendo por base a analogia feita entre os caminhos da trilha e os caminhos/escolhas diferentes em suas vidas.

Placa 4 – Deque de Pedra: Final da Trilha interpretativa

Figura 11 – Placa 4 – Deque de Pedra



Fonte: Sousa (2019).

Essa é a parada mais longa da trilha, sendo também ponto de chegada da flutuação iniciada no deque da nascente do Rio Olho D'Água. Muitos deles usam esse tempo para mergulhar nas águas límpidas do Rio da Prata, terem contato com peixes e a flora aquática, além de atividades de contemplação e descanso. É o momento do bate-papo final, das impressões e percepções dos turistas sobre o passeio. Nesse sentido, a placa interpretativa resgata alguns procedimentos importantes para a segurança do turista, bem como desperta para a conscientização ambiental e patrimonial. No Manual de Boas Práticas do Recanto Ecológico Rio da Prata, vários procedimentos são direcionados ao guia de turismo ao chegar nesse local.

NO DEQUE DE PEDRA:

Informe o grupo que as pedras dentro da água são escorregadias e que podem oferecer riscos de acidentes. Ajude-os a saírem da água;
Oriente o grupo na retirada do equipamento e informe sobre os vestiários superiores. Distribua os pertences do grupo, incentivando todos a voltarem para a sede com suas próprias roupas;
Apenas em caso de chuva forte é tolerável que o grupo retorne à Sede usando os neoprenes, visto que esta prática vai dificultar a limpeza dos banheiros, criando transtorno aos próprios visitantes;



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Relembre ao grupo que não é permitido fumar ou lanchar no deque de Pedras, todos devem aguardar até a chegada no Receptivo, pois ainda estão dentro da RPPN;

Organize os equipamentos no final do passeio: roupas do lado do avesso, botas limpas, uma dentro da outra respeitando a numeração, máscaras em bolsa separada;

Atrasos do caminhão podem ocorrer ocasionalmente. Seja flexível e paciente. Tenha bom senso no uso do rádio;

Auxilie o funcionário da fazenda a levar os sacos com equipamentos até o caminhão (RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA, 2017).

Nesse sentido, após a exposição desse projeto para a elaboração de placas interpretativas no atrativo pesquisado, percebe-se a importância dos recursos interpretativos serem utilizados para impactar positivamente a experiência do turista, bem como a comunicação verbal interpretativa através do trabalho comprometido e profissional dos guias de turismo, para se atingir bons níveis de qualidade para a prática do Ecoturismo aliado à interpretação do patrimônio no atrativo Recanto Ecológico Rio da Prata em Jardim/MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou contribuir de forma positiva para a elaboração de um projeto de placas interpretativas, através de uma abordagem teórica e uma visita de campo na qual foi realizado o processo de mapeamento da trilha interpretativa do Recanto Ecológico Rio da Prata. Nesse sentido, uma das conclusões da pesquisa aponta que o atrativo possui condições para a elaboração de um projeto voltado especificamente para placas interpretativas.

As iniciativas devem estar voltadas para a revitalização e a manutenção das placas já existentes, bem como proporcionar uma experiência turística mais adequada através da instalação das quatro placas interpretativas ao longo da trilha, conforme sugerido neste trabalho. Os pontos estratégicos escolhidos revelam locais de descanso, interação do grupo, propiciando trocas culturais, além da conscientização ambiental que a atividade ecoturística objetiva em sua prática.

No entanto, o guiamento também tem papel fundamental em relação à interpretação do patrimônio através das placas interpretativas, pois serão os



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

guias que realizarão a interpretação ao vivo durante os passeios, revelando os significados, respondendo as dúvidas, provocando sensações de curiosidade e estimulando a percepção dos turistas no atrativo.

Por outro lado, é fundamental destacar que são relevantes os estudos voltados para a área da interpretação patrimonial, da experiência do turista em atrativos ecoturísticos, bem como a preservação e a valorização do patrimônio, em âmbito natural e cultural. Nesse sentido, entende-se que o processo de valorizar a experiência turística na trilha interpretativa do Recanto Ecológico Rio da Prata está relacionada à apreciação ambiental e o entretenimento dos turistas e, de forma mais geral, ao desenvolvimento turístico na região.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

COELHO, Urt, DULEBA & LEMOS. Turismo em Unidades de Conservação: Resultados do Plano de Manejo da RPPN, Fazenda Cabeceira do Prata – Jardim- MS. Campinas, SeTur/SBE. **Tourism and Karst Areas**. 4(2), 2011. Disponível em: http://www.cavernas.org.br/ptpc/tka_v4_n2_107-119.pdf. Acesso em: 26/04/2019.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora SENAC SP, 2009.

FERREIRA, L. P. Capacitação para o Ecoturismo e Envolvimento das Comunidades Anfitriãs. In: LAGE, B. H. G. *et al* (Orgs.). **Turismo, Hotelaria & Lazer**. São Paulo: Atlas, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade: Jardim/MS**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bonito>. Acesso em: 29/03/2019.

KHALED, F. A.; CINTRA, H.; MEIRELES, C. P. Proposta de implantação de Trilhas Interpretativas como estratégia de educação ambiental para o Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte / MG. In: RASTEIRO, M. A.; TEIXEIRA-SILVA, C. M.; LACERDA, S.G. (Orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 34, 2017. Ouro Preto. **Anais...** Campinas: SBE, 2017. p.141-



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

151. Disponível em: http://www.cavernas.org.br/anais34cbe/34cbe_141-151.pdf. Acesso em: 26/04/2019.

LEI N. 9985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 26/04/2019.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.

MURTA, S. M. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G. **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

PIRES, F. M.; FERREIRA, M. A. T. Percepções sobre a interpretação do patrimônio edificado em Tiradentes. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. 2. sem. 2007. ISSN 1981-5646. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/fabiana.pdf>. Acesso em: 26/04/2019.

RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA. **Manual de boas práticas**. Guia de turismo. Jardim/MS. set, 2017. 82 pp.

RIO DA PRATA. **Saiba mais sobre o Recanto Ecológico Rio da Prata**. Disponível em: <https://www.riodaprata.eco.br/>. Acesso em: 26/04/2019.

SANTOS, M. C.; FLORES, M. D.; ZANIN, E. M. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e educação ambiental na APAE de Erechim/RS. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. v.7, n.13: p.189-197, outubro/2011. ISSN 1809- 1636. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n_13_21.pdf. Acesso em: 26/04/2019.

SIQUEIRA, Lauren Fernandes de. Trilhas interpretativas: Uma vertente responsável do (eco) turismo. **Revista Caderno Virtual de Turismo**. v. 4, n. 4, 2004. ISSN 1677-6976. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/72/67>. Acesso em: 26/04/2019.

SOUSA, F. F. **Produção do material gráfico e fotografias**. Jardim/MS, 2018.